

Política e economia no governo FHC: a questão dos economistas¹

José Carlos MARTINES BELIEIRO JÚNIOR*

Resumo: O objetivo principal deste trabalho é fazer alguns apontamentos analíticos sobre a gestão econômica do governo FHC, a partir da análise do perfil dos economistas que ocuparam postos relevantes na estrutura de poder. A idéia é mostrar que as diferenças ideológicas e de valor entre os economistas, se tornaram relevantes em promover diferentes padrões e resultados de políticas voltadas à economia brasileira durante o governo FHC.

Palavras-chave: economistas; ideologias econômicas; democracia.

Politics and economy during the Cardoso government: the question of economists

Abstract: the objective of this article is discuss any questions about participation economists in FHC government. The idea is show the ideological and valor differences between groups economists inside the government. That differences between liberals and development are important for understand different types of political to the Brazilian economy.

Keywords: economists; economy ideologies; democracy.

¹ Este trabalho é parte integrante da pesquisa em andamento no programa de pós-graduação em Sociologia, ligado à Universidade Federal do Paraná (UFPR), nível doutorado.

* Endereço eletrônico: jcmbjunior@yahoo.com.br. Doutorando em Sociologia/UFPR, Mestre em Ciência Política e professor universitário em Curitiba.

1. Introdução

O objetivo principal deste artigo é fazer uma breve discussão sobre a participação dos economistas enquanto atores políticos no interior do governo FHC, procurando identificar suas referências ideológicas e de valor como parâmetros para sua ação política. A idéia básica que orienta esta análise é que existiram no governo FHC dois diferentes grupos de economistas, ligados às duas mais importantes tradições da ciência e da ideologia econômica moderna: o estruturalismo de origem cepalina, responsável por uma grande influência na formação do pensamento econômico latino-americano; e o liberalismo de origem anglo-saxônica.

Essas duas diferentes tradições se renovaram no contexto dos anos 90, e em alguns casos, concordaram em determinadas questões, mas sem nunca deixarem de rivalizar em temas teóricos e políticos. E quando se observa a experiência do governo FHC, essa clivagem se manifestou fortemente a respeito dos temas mais específicos da agenda do governo FHC, como a política econômica e seus diferentes instrumentos de intervenção, a política monetária, e a política cambial e em última análise, o próprio questionamento sobre papel do Estado na economia.

2. Os economistas no governo FHC

Os economistas enquanto atores políticos tem sido objeto de análise sociológica pelas Ciências Sociais no Brasil² já há algum tempo. Como se sabe, o pano de fundo histórico que demarcou a ascensão dos economistas na arena política, tem a ver com o aprofundamento da intervenção estatal na economia a partir dos anos 30, cujo processo vai demandar crescentemente a participação dos economistas em cargos públicos, principalmente ligados às novas funções de planejamento econômico estatal, à direção de empresas públicas e à produção de análises setoriais e estatísticas para o governo. Gestou-se portanto, a partir do crescente intervencionismo estatal,

² Ver as principais fontes para esta análise: GOMES, Angela de Castro (coord.) *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994; LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.

a idéia de uma elite dirigente portadora de uma competência técnica específica para dar conta da direção política dos negócios públicos.

A formação dos economistas brasileiros iniciou-se tardiamente nas poucas escolas de economia do Rio de Janeiro, de influência mais liberal, principalmente na FGV carioca, e depois, com a fundação da Cepal, em 1949, e a formulação do pensamento estrutural latino-americano, que acabou exercendo maior influência no Brasil através do curso de Ciências Econômicas UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e do curso da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Na escola liberal, o principal nome de destaque é o de Mário Henrique Simonsen, na escola estruturalista, merecem destaque dois de seus principais nomes no Brasil, Ignácio Rangel e Celso Furtado³.

Diante da avalanche liberal do anos 90 e da crise do modelo nacional-desenvolvimentista de Estado, as idéias cepalinas que deram origem a esta forma de Estado, também experimentaram um forte questionamento de seus pressupostos, abrindo caminho para um claro predomínio do diagnóstico liberal como forma de atacar a crise. E como reforço a este fato, no Brasil, dado o aprofundamento dos problemas econômicos internos, como a inflação alta e o crescimento baixo, levaram inevitavelmente a uma crise ainda maior da escola desenvolvimentista de pensamento econômico.

Mas, por outro lado, isso não significa afirmar que mesmo num contexto histórico de amplo consenso sobre as reformas liberais, não tenha havido no interior do governo FHC, um intenso debate político sobre o desenvolvimento. As vezes motivado por razões ideológicas, outras por razões pragmáticas, o fato é que, entre os diferentes grupos de economistas que estavam no governo acabaram rivalizando sobre temas centrais da agenda governamental, produzindo resultados diferentes em suas políticas.

Quem nos ajuda a entender melhor essa nova configuração ideológica entre os economistas que participaram do governo FHC, é o professor Brasília Sallum Jr (2000), que afirmou:

[...] Para além do código que dava um mínimo de unidade de crença e propósito ao novo bloco político

³ Não se pode deixar de mencionar com a devida justiça, o economista argentino Raul Prebisch, fundador original do pensamento cepalino.

hegemônico, houve fortes polarizações no seu interior, polarizações que se materializaram em uma disputa interna sempre renovada em torno da política econômica e em certa duplicidade e hibridismo das próprias ações do Estado em relação à economia (SALLUM JR, 2000).

E a respeito dessa divergência no governo de Fernando Henrique, Sallum Jr.(2000) continua:

[...] O exame destas disputas político-ideológicas no interior do novo bloco político hegemônico e das ações do governo torna perceptível a existência de uma polarização básica entre duas versões distintas de liberalismo – uma mais doutrinária e fundamentalista, o neoliberalismo e outra, que absorve parte da tradição anterior, o liberal-desenvolvimentismo (SALLUM JR, 2000).

A análise do professor Sallum Jr. sobre o novo ambiente ideológico do governo FHC, e o modo como se agruparam os diferentes grupos de economistas nessa nova clivagem, disputando opiniões em suas distintas posições envolvendo os temas econômicos e políticos da agenda do governo, nos ajuda a confirmar a principal hipótese deste trabalho. A idéia básica é que a densidade e a forma com essa divergência se manifestou, foi determinante para produzir resultados diferentes e contraditórios no que diz respeito às iniciativas políticas do governo para a economia. Em resumo, políticas liberais e reformistas conviveram com políticas de desenvolvimento, e que o governo FHC, deve ser melhor caracterizado como um governo onde princípios liberais reformistas coexistiram em conflito com princípios e iniciativas de caráter desenvolvimentista, gerando como afirmou Sallum Jr., um “hibridismo de ações estratégicas.”

A primeira dimensão relevante a se observar no quadro apresentado acima diz respeito à ocupação dos cargos no governo FHC em seus dois mandatos consecutivos. Pode-se perceber claramente que os economistas de forma geral ocuparam as principais cargos no governo, seja na ocupação dos ministérios responsáveis pela gestão macroeconômica, como o Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Banco Central, seja

ainda nos mais importantes ministérios da gestão social, como saúde e educação. Nesta disputa entre os mais importantes postos da administração pública federal, os economistas originários do Departamento de Economia da PUC/RJ, ficaram com os postos chave da política econômica, o Ministério da Fazenda e Banco Central. O grupo de economistas desenvolvimentistas ficou com as pastas da gestão social, com Educação e Saúde, tendo em alguns casos, resultados marcantes no Ministério da Saúde, quando José Serra ocupou o ministério no segundo mandato de FHC.

Também se destaca entre a gestão dos desenvolvimentistas, a permanência de Paulo Renato Souza na Educação, marcada pela grande continuidade, permanecendo praticamente todo o período de FHC no poder. Dessa forma, prevaleceu claramente no governo FHC uma constelação carioca-paulista de economistas de grande reputação intelectual, construídas de maneira legítima na carreira universitária de um lado, e de outro, pelos vínculos políticos estabelecidos desde os tempos da militância no MDB/PMDB, transferidos mais tarde para o PSDB.

Elemento comum a esses grupos, é que foram formados na crítica ao regime militar, principalmente nos momentos finais, e na experiência adquirida na participação ativa da gestão econômica do governo da Nova República durante a transição democrática⁴.

Outro aspecto relevante que chama atenção quando se observa o quadro de economistas do governo FHC se refere à relação entre a gestão política da economia e o regime democrático. Mais uma vez como se sabe, eminentes cientistas sociais brasileiros já procuraram entender essa complexa relação a luz da experiência do Brasil em construir uma economia industrial, dissociada de práticas democráticas. Entre as principais abordagens, destacaria principalmente as análises de Isabel Loureiro (1997), Victor Nunes (1997), Velasco e Cruz (1997). O que temos de tradição nesta área no Brasil, é de uma gestão econômica concentrada em arenas restritas e protegidas da competição política, característica comum tanto de regimes de ditadura, como o Estado Novo (1937-45), como de períodos mais democráticos, como foi o período 1945-64.

⁴ Para uma análise detalhada desse momento, ver: CRUZ, Sebastião Velasco e. *Empresários, Economistas e Perspectivas da Democratização no Brasil*. In: REIS, F.W. e O'DONNELL, G. (orgs.) *A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Editora Vértice, 1988.

O quadro abaixo dá uma idéia de como se agruparam os economistas, segundo essas duas diferentes correntes de pensamento e cargos ocupados:

Economistas no governo FHC			
Liberais	Nome	Cargo	Período
	Andre Lara Resende	Pres. BNDES	1993-95
	Edmar Bacha	Pres. BNDES	1995
	Pedro Malan	M. Fazenda	1994-2002
	Gustavo Franco	Pres. Central	1994-2000
	Persio Arida	Pres. Bndes	1993-1995
	Francisco Lopes	Dir. Central	1995-98
Desenvolvimentistas	José Serra	Min. Planej.	1994-95
	Luiz Carlos M. de Barros	Pres. BNDES	1995-98
	Paulo Renato	M. Educação	1994-2002
	José Roberto M. de Barros	Secr.Ex. M.F.	1994
	Andrea Callabi	Pres. BNDES	1999-2000
	Bresser Pereira	M. Ref. Esta.	1994-97

Quadro 1: economistas no governo FHC.

Também durante o regime militar-autoritário, (1964-85) essa regra não se alterou, quando os militares entregaram a gestão econômica do país a economistas ilustres, como Mário Henrique Simonsen, Delfim Neto, João Paulo Reys Velloso, e outros, que insulados em arenas livres da pressão da sociedade, detinham grande autonomia e liberdade decisória.

Dessa forma, esses *policy makers* que tomam decisões políticas sem serem políticos no sentido mais amplo do termo, acabaram tomando para si, toda a responsabilidade da gestão de toda a economia, e, portanto, de todos os interesses de grupos e classes da sociedade, num padrão modelar de prática não democrática. Esse breve resgate histórico serve para indicar que a experiência do governo FHC, neste campo das relação entre política e gestão econômica, manteve o padrão básico da tradição brasileira do insulamento das arenas de decisão econômica da política, mantendo nesse sentido, os seus fortes traços autoritários e de arrogância técnica.

A própria permanência de Pedro Malan a frente do Ministério da Fazenda de FHC foi bastante emblemática para o tipo de padrão adotado, em que a marca forte foi o isolamento e a proteção do Ministério das pressões políticas do Congresso e dos partidos políticos diante das pressões e das reivindicações distributivas típicas de um regime democrático. O próprio Fernando Henrique enquanto Presidente da República se encarregava de proteger Pedro Malan dessas pressões do mundo do interesses particulares, sustentado na idéia de que as decisões da Fazenda se amparavam sempre num diagnóstico técnico-racional necessário para conduzir a política econômica e os negócios do país no caminho da racionalidade macroeconômica.

Segundo o discurso reinante em todo o governo FHC, a vitória contra os grandes problemas econômicos do país, como a derrubada definitiva da inflação, e a retomada do desenvolvimento, exigiriam uma inexorável e rígida disciplina nas finanças públicas, como forma de livrar a economia e o Estado dos vícios do populismo econômico dos tempos passados, e principalmente, conceber a gestão econômica desconsiderando os inúmeros interesses dos atores políticos incorporados na arena democrática.

A idéia básica que move essa afirmativa é a de que a política atrapalha a economia e por isso, para um Ministério como a Fazenda, é necessário adotar uma racionalidade técnica acima da racionalidade política e dos interesses. Mais uma vez foi a experiência da época do Plano Cruzado

que falou mais alto, responsável por esse “aprendizado” com os erros, onde, como foi reconhecido por seus principais atores, a interferência política foi apontada como o principal obstáculo para o insucesso econômico do plano de estabilização adotado no Governo Sarney.

Consciente dessa questão, Fernando Henrique procurou esforçar-se para mostrar ao mercado e ao empresariado de que não havia qualquer interferência de “interesses políticos” na Fazenda, e que as metas fiscais e os grandes desafios econômicos, eram de fato objetivos prioritários que realmente importavam em seu governo, independentemente dos interesses afetados. Essa postura política de FHC foi mantida durante praticamente todo os seus dois mandatos presidenciais, com toda a continuidade de Pedro Malan, que permaneceu como Ministro da Fazenda nos dois mandatos (1994-1998) e (1999-2002). Isso foi sem dúvida uma marca inédita em toda a história brasileira.

Essa característica marcante da gestão política da economia torna-se também numa importante semelhança do governo FHC com os governos autoritários pós-64, em que os militares entregaram os ministérios econômicos a economistas renomados, livres de qualquer suspeita quanto a posse de um saber técnico competente. Procura-se, dessa forma, eliminar, qualquer possibilidade de contestação política por parte dos atores organizados da sociedade, e defender a idéia de que os interesses do país estavam sendo conduzidos por sábios sempre orientados pelo interesse nacional.

Essa tendência não apenas continuou com FHC, mas pode-se afirmar que foi até mesmo exacerbada, quando se pôde constatar no quadro, que os economistas ocuparam todos os principais cargos do governo, tanto os da área econômica, como os da área social. Nesse sentido, houve uma polarização no governo FHC entre política e política econômica, sendo a primeira invariavelmente associada sempre como esfera dos interesses particulares e populistas, e a segunda, como a esfera onde se preza a lógica racional, independentemente dos interesses de grupos e classes.

Até o presente momento, procurou-se discutir o padrão político de gestão econômica, para entender a inserção dos economistas enquanto atores da política, no exercício de funções-chave no interior do Estado democrático. Importante a partir de agora, é identificar esses dois grupos dentro do governo, procurando mapear suas origens, seus traços comuns e principalmente, suas diferenças. Como se sabe, não se pode deixar de

mencionar que esse mapeamento das diferentes correntes do pensamento econômico brasileiro já foi feito por importantes pesquisadores brasileiros, como a clássica obra de Bielschowski, e outros relevantes trabalhos acadêmicos sobre a economia política brasileira.

O objetivo básico nesta seção é concentrar o foco analítico no governo FHC, para procurar identificar esses grupos a partir de suas clivagens ideológicas, contrastando liberais e desenvolvimentistas para localizar a existência de um debate político sobre temas econômicos dentro do governo. Para auxiliar essa análise, utilizo os termos adotados pelo professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, Brasília Sallum Jr. (2000) quando nomeia esses dois grupos entre “liberais fundamentalistas” e “liberais-desenvolvimentistas.”

Entre os grupos de economistas liberais, deve-se pensar nos nomes citados no quadro, como Pedro Malan, André Lara Resende, Persio Arida, Edmar Bacha, Francisco Lopes, e Gustavo Franco, ressaltando que não estão sendo considerados outros cargos de relevância da estrutura do Ministério da Fazenda e do Banco Central, como a Secretaria do Tesouro, diretores de área do BC, que também foram ocupados por economistas. Primeiro traço comum desse grupo diz respeito à formação acadêmica, realizada em grande parte nos bancos escolares da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, (PUC-RJ).

Quase todos foram alunos do curso de economia dessa universidade particular, e depois professores do Departamento de Economia, criado em 1963 com o desmembramento da Escola de Sociologia e Política. Exceção de Francisco Lopes, que não formou-se na PUC, mas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1964, concluindo seu Mestrado em Economia na FGV/RJ. Pedro Malan, no entanto, não fez curso de graduação em economia, mas formou-se em engenharia elétrica na mesma PUC-RJ em 1965. Como grande parte desse grupo de economistas liberais acabaram se tornando professores do Departamento de Economia da PUC, fato que tornou-se responsável por sedimentar entre eles uma unidade e uma forte identidade intelectual.

Ainda no que diz respeito a formação acadêmica, outro traço importante do grupo liberal, é o treinamento extensivo de pós-graduação realizado no exterior, principalmente em importantes universidades norte-americanas. Francisco Lopes por exemplo, um dos pais intelectuais do Cruzado, fez seu doutorado na Universidade *Harvard*, com tese defendida

em 1972; Pedro Malan também defendeu tese de Doutorado em economia nos EUA, mas na Universidade de *Berkeley* em 1973. Edmar Bacha, que se graduou no curso de economia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1963, obteve seu doutoramento na prestigiada Universidade *Yale* no ano de 1968, tendo inclusive lecionado num dos mais importantes centros acadêmicos dos Estados Unidos, o *MIT* (*Massachusetts Institute of Technology*).

Bacha também foi docente na FGV-RJ e na Universidade de Brasília (UnB). Gustavo Franco, um dos mais novos do grupo, formou-se no curso PUC-RJ em 1979, onde inclusive foi aluno de Pedro Malan. Seguiu o mesmo percurso dos mestres da PUC e também defendeu tese de doutorado nos EUA, na conceituada *Harvard* em 1986, sobre a experiência da hiperinflação alemã dos anos 20. Finalmente, a dupla Persio Arida e André Lara Resende, responsáveis pela teoria inercial da inflação, defenderam tese de doutorado no *MIT*. Entretanto, Arida, que é de São Paulo, graduou-se na Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), enquanto Lara Resende foi aluno do curso de economia da PUC-RJ.

Essa forte inserção dos economistas liberais nos principais centros de ensino de economia dos Estados Unidos se explica, pela própria política de incentivos da PUC-RJ em enviar seus melhores alunos para aperfeiçoamento e especialização no exterior, onde a titulação de doutor obtido nos Estados Unidos é de praticamente 100%, segundo informações colhidas no *site* do Departamento de Economia. Por outro lado, a escolha de universidades norte-americanas como caminho obrigatório de aperfeiçoamento também tem um importante significado que vai além da necessária qualificação de pesquisadores e docentes para o Brasil. O treinamento na teoria econômica ensinada no ambiente universitário dos Estados Unidos representa mais do que um significativo e prestigiado título de doutor nessas universidades mas representa principalmente, uma socialização num universo ideológico, teórico e de valores comuns.

Como se sabe, ensina-se nessas universidades, a teoria econômica neoclássica, a abordagem monetarista da inflação, e a teoria da escolha racional, que formam a base intelectual do pensamento liberal moderno. O modelo de ciência econômica feito nos EUA é amplamente amparada em complexos teoremas matemáticos, num tipo de proposta científica que busca se aproximar de um conhecimento *hard science*, fundamentado nas ciências exatas e de uma abordagem científica que se pretende não-ideológica. Em resumo, quem procurar estudar economia nos Estados Unidos e estiver

procurando uma formação mais próxima de autores marxistas como *Paul Sweezy* e *Paul Baran*, encontrará certa dificuldade.

A influência acadêmica norte-americana no Brasil na formação das elites não é nova e nem exclusiva apenas da experiência brasileira recente. Certa vez, em entrevista ao programa *Roda Vida* da TV Cultura, o economista norte-americano *Albert Fishlow*, professor em *Berkley*, mencionava seu papel como professor e orientador de vários ex-alunos que se tornaram Ministros da Fazenda em outros diferentes países da América-Latina, como o Chile, a Colômbia, o Peru, etc. Esse fato comprova e ajuda a reforçar a influência ideológica dos EUA na formação da elite dirigente da região, sobretudo por representar um tipo de visão própria de como tratar os problemas econômicos e sociais latino-americanos.

Sem exagero de incorrer num tipo de nacionalismo cultural, trata-se sem dúvida de um tipo de dominação ideológica e cultural hegemônica dos Estados Unidos, política que esse país promove já há bastante tempo na América-Latina. Vale notar que essa influência se deu de maneira mais decisiva na montagem dos primeiros cursos de economia do Rio de Janeiro, desde a criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) na década de 40, passando pela PUC-RJ. Seu mais importante representante foi o ilustre economista Mario Henrique Simonsen, que por várias décadas foi eminente docente da Fundação Getúlio Vargas do Rio.

Outro traço importante dos economistas da PUC-RJ se refere à origem social desse grupo, isto é, ao círculo social de onde saíram boa parte desses intelectuais de elite. Grande parte deles provém de famílias tradicionais, alguns com fortes vínculos na política e na alta administração pública. Os casos mais notórios são de Francisco Lafaiete Lopes, cujo pai Lucas Lopes havia sido Ministro da Fazenda por um ano entre 1958-59 durante o Governo JK, e de Gustavo Franco, que teve seu pai, Guilherme Barroso Franco, como participante direto da assessoria econômica no Segundo Governo Vargas (1950-54) e também ocupante de cargo na primeira diretoria do BNDE.

E finalmente, destaca-se também a origem social de André Lara Resende, de tradicional família mineira de políticos. A começar pelo bisavô materno, João Pinheiro, governador de Minas Gerais em 1890 e provável candidato a sucessão presidencial de Afonso Pena. O avô de André, Israel Pinheiro, outro conhecido político mineiro, fora parlamentar constituinte em 1946, e o primeiro prefeito da capital federal Brasília, inaugurada por JK. Seu

último feito foi eleger-se governador em 1966 no Estado de Minas Gerais, naquela que havia sido a última eleição sob o multipartidarismo. O pai de André Lara Resende, Otto Lara Resende, não ocupou cargos públicos, mas era um conhecido escritor e colunista de jornais, tendo inclusive colaborado por vários anos com a Folha de São Paulo.

Entretanto, os vínculos políticos de muitos pais desses economistas liberais não significou para eles maior estímulo a inserção do ponto de vista da participação político-partidária. O que ocorreu com esse grupo pode ser resumido numa experiência política em partidos e em movimentos sociais muito mais restrita. Embora alguns deles, como Pedro Malan e Edmar Bacha tenham aderido ao movimento de crítica à política econômica do regime militar na imprensa e principalmente no interior do IERJ⁵ nos anos 70, (Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro), nenhum deles aventurou-se na competição de cargos eletivos e mesmo na ativa participação no partido que capitalizou toda a oposição na abertura política, o MDB/PMDB. Ou seja, a característica importante desse grupo, é muito mais a participação política como técnicos competentes do que como políticos militantes.

Vejamos agora alguns traços definidores do grupo de economistas desenvolvimentistas. No âmbito desse grupo que participou do governo FHC, há algumas características marcantes e definidoras dessa clivagem existente no campo da ciência econômica no Brasil. Como se sabe, a origem intelectual das idéias desenvolvimentistas remonta aos anos 40, quando foi fundada no Chile a Cepal (Comissão de Estudos da América-Latina), liderada pelo eminente economista argentino Raul Prebisch. Os estudos econômicos da Cepal influenciaram toda uma geração de economistas e cientistas sociais na região e principalmente no Brasil, através de diagnósticos sobre a realidade econômica e social do país e na discussão do subdesenvolvimento. Essa influência da Cepal também se manifestou na formulação de políticas com objetivo de superar o atraso social, na busca da autonomia econômica, e num tipo de Estado, o Estado Nacional-Desenvolvimentista.

Creio não ser necessário nos limites deste trabalho, resgatar todo o ideário estruturalista cepalino e seus principais temas teóricos, bem como a experiência do desenvolvimentismo no Brasil. Essa tarefa já foi realizada por

⁵ Pedro Malan foi presidente da primeira diretoria do IERJ, no biênio 1979-80.

competentes trabalhos⁶. Por hora, é importante dizer que a existência desse grupo de economistas no interior do governo FHC não deixou de ter um significado político enquanto debatedores dos temas da agenda do governo. Do ponto de vista ideológico prático, esse grupo acabou produzindo resultados diferentes em matéria de políticas públicas para o sistema econômico nacional.

Nesse grupo, os principais representantes foram: José Serra, Luiz Carlos Bresser Pereira, Paulo Renato e Souza, Luiz Carlos Mendonça de Barros e José Roberto Mendonça de Barros. O próprio Sérgio Motta, que ocupou o Ministério das Comunicações no primeiro mandato de FHC, pode ser incluído nesse grupo, mas não será objeto de análise neste trabalho. No geral, esse grupo possui origens e histórias diferentes quando contrastadas com o grupo da PUC do Rio de Janeiro. A começar pela formação, que como confirmou Loureiro (1997), há nessa tradição uma maior influência das Ciências Sociais na abordagem dos problemas econômicos, especialmente a história a sociologia e a ciência política. O grande patrono dessa escola, Celso Furtado, autor de mais de uma dezena de livros, alguns tornados clássicos, é o mais evidente modelo de economista desenvolvimentista, seja pela formação, seja pela militância política.

José Serra, um dos mais importantes economistas do grupo, seguiu uma trajetória política e intelectual também modelar nesse aspecto. Durante os oito anos de FHC, ocupou a pasta do Planejamento no primeiro mandato (1995-96) e da Saúde no segundo (1998-2002), tendo tido gestões marcantes em ambas as áreas. Do ponto de vista da formação, embora tenha se graduado em engenharia na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, fez em 1966, curso na Cepal, na área de planejamento industrial. No exílio, Serra fez mestrado em Economia em 1968, na Universidade do Chile e acabou por concluir o doutorado nos Estados Unidos, na *Cornell University* em 1976.

Além de fazer carreira como pesquisador da Cepal, foi docente na Universidade do Chile nos anos 1968-73, e, quando retornou ao Brasil, tornou-se professor do recém criado curso de economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). No Brasil, fez ativa militância política e partidária. Foi presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) nos anos 63/64, exerceu duas vezes o mandato de deputado federal (1987-90), (1990-

⁶ Ver RODRIGUES, Octávio. A Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro, 1988.

95) e foi eleito Senador pelo Estado de São Paulo em 1995. De origem humilde, seu pai foi quitandeiro no bairro italiano do Brás, Serra tornou-se um dos principais políticos do seu partido, o PSDB, tendo sido candidato a Presidência da República na sucessão de 2002.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, um dos mais importantes economistas brasileiros, é autor de obra vasta. Já publicou mais de 10 livros dos mais variados temas, deste a teoria econômica à economia e a política brasileira. Formado em Direito pela Faculdade Largo São Francisco da Universidade de São Paulo em 1957, fez mestrado em Economia nos EUA, na *Michigan State University* em 1961, e mais tarde, obteve seu título de doutor em economia na FEA (Faculdade de Economia e Administração) da USP, com tese sobre Mobilidade e Carreira dos Dirigentes das Empresas Paulistas, defendida em 1972.

Bresser Pereira, que é sobrinho do conhecido jornalista Barbosa Lima Sobrinho, ocupou diversos cargos públicos, embora nunca tenha participado de eleições como candidato. Nos anos 50, militou no antigo PDC, (Partido Democrata Cristão), uma agremiação da esquerda católica, mas depois transferiu-se para o MDB. Bresser foi presidente do Banespa, Secretário de Estado na gestão de Franco Montoro entre 1985-86, Secretário na gestão de Orestes Quércia e Ministro da Fazenda no Governo Sarney em 1987.

No governo FHC, Bresser dirigiu a política de reforma da administração pública durante todo o primeiro mandato (1995-98) como Ministro da Reforma do Estado e Gestão. Ocupou no segundo mandato de FHC um pequeno período como Ministro da Ciência e Tecnologia no ano de 1998. Saiu do governo e voltou à vida acadêmica, onde é professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, (FGV-SP) desde 1959. Durante o governo de Fernando Henrique, manteve como outros, certo distanciamento na órbita da influência direta da política econômica, mas assim como grande parte dos desenvolvimentistas, manteve uma postura crítica da linha adotada pelo Ministério da Fazenda. Na questão do câmbio, chegou a escrever um artigo, intitulado “As Três Formas de Depreciar”, em que analisava as alternativas possíveis à desvalorização cambial. Mesmo sem se referir diretamente ao caso brasileiro, o artigo era uma crítica direta à política de valorização da moeda brasileira praticada pelo Ministério da Fazenda durante todo o primeiro mandato de FHC.

Luiz Carlos Mendonça de Barros tornou-se referência importante do grupo de economistas desenvolvimentistas que atuaram no governo FHC. Embora Mendonça de Barros não seja um economista de formação, formou-se na verdade em engenharia pela Escola Politécnica da USP em 1966, trabalhou desde sempre ligado ao universo empresarial. Fez ativa militância política no interior da AP (Ação Popular) nos anos 60, uma organização da esquerda católica, tendo inclusive sido preso no regime militar. Nunca disputou mandato eletivo, mas ocupou cargos públicos importantes. No Governo FHC, foi presidente do BNDES por dois anos e meio no primeiro mandato, e depois permaneceu no Ministério das Comunicações num curto período no segundo mandato. Mendonça foi um dos principais críticos da política econômica de Malan, e como atuou na Presidência do BNDES quando Serra era Ministro do Planejamento, alguns pontos de sua gestão serão objeto de análise específica na próxima seção deste capítulo.

Finalmente, merece destaque o economista Paulo Renato e Souza, que foi Ministro da Educação do governo FHC durante quase o período em que FHC ocupou o poder. Antes, porém, Paulo Renato também passou por outros cargos da estrutura institucional do grupo político paulista que governa o Estado de São Paulo desde 1982. Foi reitor da Unicamp durante a gestão Quércia e professor do Departamento de Economia dessa universidade, onde obteve seu doutorado. Foi pesquisador na OIT (Organização Internacional do Trabalho), tendo uma produção acadêmica voltada às questões do mercado de trabalho e mão-de-obra.

No grupo de economistas desenvolvimentistas, é importante mencionar ainda as principais influências dessa geração, como a economista Maria da Conceição Tavares, autora de obra clássica⁷ sobre o processo de substituição de importações brasileiro, os economistas João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo. Os três inclusive participaram da assessoria econômica durante o Cruzado. Do ponto de vista acadêmico, o espaço principal de socialização desse grupo, é o curso de economia da Unicamp, cuja proposta desde o início da fundação do curso é uma formação mais voltada para o estudo da economia brasileira, a teoria e o pensamento econômico.

Até os dias atuais, a pós-graduação da Unicamp exige menos de seus alunos a matemática e a estatística, dando maior peso para a área de economia brasileira. A título de comparação, na Unicamp, 45% das

⁷ Refiro-me ao livro *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, várias edições.

disciplinas da pós-graduação, são de história econômica, pensamento econômico e economia política, enquanto que na PUC-RJ as mesmas disciplinas ocupam apenas 14% da grade curricular. Outro contraste interessante é que na universidade carioca, 82% dos docentes possuem doutorado nos EUA, contra apenas 4% da Unicamp, segundo dados de 1991 colhidos pela professora Maria Rita Loureiro (1997).

3. Conclusões

No governo FHC, os economistas profissionais ocuparam posições de enorme destaque na estrutura de poder do Estado brasileiro. Praticamente todos os mais importantes cargos da gestão macroeconômica e da gestão social, como saúde e educação, foram ocupados por economistas. Esse fato demonstra que esse grupo social, de fato se configura como uma nova elite política no Brasil, que mesmo com a redemocratização e a abertura política, manteve o padrão que vem se fortalecendo desde os anos 30.

De outro lado, a ocupação hegemônica dos economistas nas posições de poder, indica uma fragilidade da democracia brasileira, na medida em que o padrão decisório tem sido extremamente concentrado e restrito em arenas longe das pressões legítimas da sociedade organizada, dificultando uma maior participação e controle da sociedade no conjunto das decisões econômicas e sociais que são afinal, de amplo interesse coletivo.

Há que se considerar entretanto, que a presença dos economistas nos cargos eminentemente políticos representa um tipo de segurança contra as inúmeras pressões clientelísticas, típicas da cultura política brasileira, e que portanto, buscava-se preservar a eficiência e a racionalidade da gestão dos negócios públicos. Este é um fato relevante que merece ser discutido por todos aqueles interessados na gestão do Estado brasileiro, e sobretudo, no tipo de relação do Estado brasileiro com a sociedade num regime democrático.

Por fim, o quadro abaixo apresenta os economistas, segundo seus distintos perfis ideológicos e de formação intelectual que participaram do governo de Fernando Henrique:

Economistas no Governo FHC			
	Nome	Formação	Pós-graduação
Liberais	André Lara Resende	Economia/PUC-RJ	MIT/EUA
	Edmar Bacha	Economia/UFMG	Yale/EUA
	Pedro Malan	Eng.Elétrica/PUC-RJ	Berkeley/UEA
	Gustavo Franco	Economia/PUC-RJ	Harvard/EUA
	Francisco Lopes	Economia/PU C-RJ	Harvard/EUA
Desenvolvimentistas	José Serra	Engenharia/USP	Cornell/EUA
	Luiz Carlos M. Barros	Engenharia/USP	
	Paulo Renato	Economia/UFRGS	Economia/Unicamp
	José Roberto M. Barros	Economia/USP	Economia/USP
	Bresser Pereira	Direito/USP	Economia/USP

Quadro 2: formação intelectual dos economistas no governo FHC.

4. Referências Bibliográficas

BELIEIRO, JR., J.C.M. Notas de Análise sobre a Era FHC (1994-2002). In: *Barbarói. Revista do Departamento de Ciências Humanas e Psicologia*. UNISC, nº25, 2006.

BELIERO JR., J.C.M. Política econômica e democracia: qual política econômica para a democracia brasileira? *Boletim, Revista da Área de Humanas do Centro de Letras e Ciências Humanas da UEL, Londrina, nº48*, 2005.

BIELSCHOWSKY, R. **O Pensamento Econômico Brasileiro 1930-1964: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4 edição. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2000.

BRESSER-PEREIRA, L.C.B. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. 5ª edição. São Paulo: Editora 34, 2003.

CANO, Wilson. 1999. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, J.L. (org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes.

CORSI, F. L. A Questão do Desenvolvimento à Luz da Globalização da Economia Capitalista. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº19, novembro, 2002.

FIORI, J.L. Estados, Moedas e Desenvolvimento. In: FIORI, J.L. (org.) **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANCO, G. **O Plano Real e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. **Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.

HIRSCHMAN, A.O. Ideologias do Desenvolvimento Econômico na América Latina. In: HIRSCHMAN, A.O. **Monetarismo vs. Estruturalismo**. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 1967.

LESBAUPIN, I. **O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC**. 3 edição. Petrópolis: Vozes, 2000.

LOUREIRO, M. R. Política e Burocracia no Presidencialismo Brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 14, nº14, 1999.

LOUREIRO, M. R. **Os Economistas no Governo: gestão econômica e democracia**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.

MAGALHÃES, J.P. Vinte Anos de Pensamento Econômico no Brasil. In: **Vinte Anos de Política Econômica**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1999.

NEIBURG, F. Economistas e culturas econômicas no Brasil e na Argentina: notas para uma comparação a propósito das heterodoxias. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, vol. 16, nº2, novembro, 2004.